

ENCERRAMENTO DO DEBATE PARLAMENTAR SOBRE AS PROPOSTAS DE PLANO E ORÇAMENTO DA REGIÃO PARA 2020

Horta, 28 de novembro de 2019

Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Subo a esta tribuna, na conclusão destes debates parlamentares, para vos falar do Futuro dos Açores.

Subo a esta tribuna para vos falar da nossa Região.

As propostas de Plano e Orçamento que o Governo apresentou a esta Assembleia espelham rigor, espelham confiança, diálogo e concertação.

Mas, para mim, elas têm a ver, sobretudo, com Açorianos, elas têm a ver com famílias e com empresas, com jovens e com idosos, elas têm a ver com pessoas e com comunidades.

Falam de gente, de Açorianos de todos os dias, com os quais, com estas propostas, queremos fazer a diferença para melhor nas suas vidas, a diferença para melhor na realização dos seus sonhos e fazer a diferença para melhor na concretização das suas ambições.

Estes documentos não são sobre projetos, programas ou ações.

Estes três dias de debate não são sobre euros, cêntimos ou milhões.

Estes três dias de debate não são, nem foram, sobre os partidos aqui representados. Foram e são sobre os Açores e sobre os Açorianos.

O que a mim aqui me traz, a este local e a este momento, aquilo que estes documentos para mim representam é a possibilidade, a oportunidade de fazer a diferença para melhor na vida dos meus concidadãos.

E nesta ambição, nesta tarefa, eu sei que não sou, eu sei que não somos, os donos da verdade.

Sei que, independentemente dos partidos, há, seguramente, propostas que servem este objetivo, que concorrem para esse fim.

Propostas que também concretizam o sonho de uns Açores cada vez melhores.

Nesta tarefa, sei que nem tudo resulta da maneira como gostaríamos que resultasse, que há erros e, porventura, há omissões.

Mas, se é assim na vida de cada um de nós, das nossas famílias, aqui também não é exceção.

Os que nesta vida, como em qualquer outra vida, se apresentam como os donos da verdade, como infalíveis e únicos donos da razão, os que parecem ter uma varinha mágica que tudo resolve, depressa e já, não passam de charlatães vendedores de banha da cobra.

Este trabalho não é um trabalho de super-homens ou de super-mulheres, mas de Açorianos, que, comprometidos com a sua terra, querem, com competência, com seriedade e com dedicação, vencer desafios, ultrapassar obstáculos e transformar os Açores que temos nos Açores que queremos ter.

Assim é todos os dias, e, por maioria de razão, assim deve ser num dia, num momento e numa ocasião com a importância que esta sessão tem para os Açores e para os Açorianos.

E é por isso, por aquilo que está em causa para o Futuro dos Açores, que hoje, como sempre, antes até da elaboração destes documentos e também após a sua entrada nesta Assembleia, lançamos pontes e abrimos canais para o debate sobre outras perspetivas, escancaramos as portas a outras propostas que melhorem ainda mais quer o Plano, quer o Orçamento.

Não é por falta de disponibilidade nossa para acolher outras propostas que as nossas propostas não sairão deste Parlamento ainda melhores do que aqui entraram.

Houve partidos da Oposição que aceitaram este repto.

Houve partidos da Oposição que, ainda nem tínhamos iniciado este debate, já se tinham excluído a eles próprios desse esforço de concertação.

Em ambos os casos, estão no seu direito.

Em ambos os casos, assiste-lhes a legitimidade democrática e política para assim procederem.

E eu respeito ambas as posturas.

Por dever de ofício, mas, sobretudo, por convicção democrática.

Mas a verdade é que, ao convite para que todos contem nesse processo, alguns demonstraram que não deviam contar com eles.

Esta é a prova dos nove da sinceridade e da verdade dos que apregoam o interesse comum, mas acantonam-se na intransigência do seu interesse particular, dos que proclamam o diálogo, mas ficam sitiados no mutismo do seu umbigo.

Esta é a prova dos nove, enfim, dos que dizem uma coisa e fazem outra.

Convém ser absolutamente claro: No caso dos partidos que recusaram o diálogo que propusemos, apenas eles têm a ilusão de beneficiar. No caso dos que conosco dialogaram, ganham os Açores e ganham os Açorianos.

Tenho a firme convicção que esse exercício de diálogo não pode ser nem estéril, nem vazio.

Ele tem de trazer resultados para a vida dos Açorianos.

É por isso que, nos termos da proposta apresentada pelo CDS/PP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que o Governo vai aumentar o valor do Complemento Especial ao Doente Oncológico em 10%, reforçando o apoio a quem enfrenta essa adversidade e criando melhores condições para o seu dia-a-dia.

É por isso que, nos termos da proposta apresentada pelo CDS/PP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que vamos reforçar em 25% o valor do Complemento para a Aquisição de Medicamentos por Idosos, garantindo desta forma mais e melhores condições para que os nossos idosos possam fazer face às despesas com a aquisição de medicamentos.

É também por estes motivos que, nos termos da proposta do CDS/PP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que o Governo vai tornar gratuita a frequência de creches para as famílias com rendimentos até ao 7.º escalão, reforçando a coesão social e a educação pré-escolar, apoiando as famílias com menores rendimentos no acesso dos seus filhos às creches.

É também por entender que esse diálogo deve ser produtivo e deve resultar em benefício dos Açorianos que, nos termos da proposta apresentada pelo CDS/PP, e para além das medidas que já constam do Plano e Orçamento no domínio das listas de espera, quero assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que o Governo vai proceder a uma avaliação externa da eficácia, racionalidade e operacionalidade e dos resultados dos mecanismos atuais de recuperação das listas de espera, tendo em vista garantir uma resposta mais rápida e mais eficaz aos Açorianos que ainda aguardam a realização de uma cirurgia.

Estas são propostas que resultam do diálogo e da concertação com quem conosco quis dialogar.

Estas são propostas que são boas para os Açorianos.

Estas são propostas que vamos concretizar.

Dialogamos com quem quer dialogar conosco.

É em resultado dessa disponibilidade para o diálogo que, nos termos da proposta apresentada pelo PCP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que vamos reforçar o valor do Complemento Açoriano do Abono de Família para Crianças e Jovens e a Remuneração Complementar.

Na resposta concreta às famílias açorianas mais carenciadas, num aumento de 5% do complemento do abono, na resposta concreta aos funcionários públicos da Região, num aumento de cinco vezes o valor da inflação do seu complemento remuneratório.

Estas são propostas que resultam do diálogo com quem conosco quis dialogar.

Estas são propostas que são boas para os Açorianos.

Estas são medidas que vamos concretizar.

Este é o Plano e Orçamento que conclui esta Legislatura.

Este é, pois, também um tempo de balanço.

Há hoje mais emprego, há hoje mais crescimento económico, mais investimento público e, sobretudo, mais investimento privado, mais oportunidades e mais confiança face ao futuro e à capacidade da sociedade açoriana de vencer os desafios que estão à nossa frente.

Na economia, os Açores destacam-se pela positiva ao nível da criação de riqueza face às restantes regiões do País.

A criação de riqueza pelos Açorianos é hoje, simplesmente, a mais elevada de sempre.

Temos hoje o maior número de Açorianos com trabalho desde que há registos, ou seja, desde 1985.

Temos hoje mais cerca de 800 empresas em atividade do que no início desta Legislatura.

No Turismo, batem-se todos os recordes, quer ao nível de turistas, quer ao nível das dormidas, quer, ainda, ao nível dos proveitos.

No Rendimento Social de Inserção, durante esta legislatura, mais de 2.300 pessoas deixaram de necessitar dessa medida de apoio, sendo que, nos Açores, há 20 meses que se reduz o número das pessoas que dele necessitam e, facto bastante significativo, reduz-se de forma mais intensa e mais rápida do que no resto do País.

Dados disponibilizados pelo INE atestam que, hoje, temos uma Região com menos desigualdades do que aquela que já tivemos.

Na Saúde, temos hoje um Serviço Regional de Saúde que, nas suas diversas componentes, produz mais, o mesmo é dizer, dá mais e melhores respostas aos Açorianos do que dava no início desta Legislatura.

Na Educação, estamos a fazer um trabalho progressivo e seguro de recuperação dos indicadores relativos ao sucesso escolar, e, por exemplo, no que se refere à educação pré-escolar, nunca nos Açores tantas crianças entre os 3 e os 5 anos estiveram a frequentar esse nível de ensino.

Na Agricultura, durante esta legislatura, fortalecemos as condições de produção dos nossos agricultores através, entre outros, de mais caminhos agrícolas requalificados, mais explorações com água corrente e mais explorações com eletricidade disponível, ao mesmo tempo que reforçámos as condições de comercialização e exportação dos nossos produtos.

Nas Pescas, durante esta Legislatura foi possível concretizar uma transformação segundo o lema que o nosso desafio deve ser, não tanto pescar mais, mas sim vender melhor, com mais rendimento para os nossos pescadores.

E tudo isto ao mesmo tempo que não prescindimos, nem pusemos em causa, um dos grandes ativos da nossa Autonomia, que é o de termos contas públicas em ordem e equilibradas.

Qualquer rápida consulta às estatísticas de diferentes fontes e entidades, comprova que assim é.

Mas isso não basta!

Isso não é suficiente.

Não é por isso que aqui estou.

É preciso mais e é preciso melhor!

Obviamente que sinto satisfação quando, como aconteceu, há poucos dias, na freguesia dos Ginetes, em São Miguel, cerca de 100 famílias têm, com o apoio do Governo, condições para recuperar a sua habitação degradada, torná-la mais cómoda, mais funcional e adaptada às suas necessidades, ou, simplesmente, livrá-la da praga das térmitas.

Mas inquieta-me saber que há ainda famílias, que há casais jovens, que procuram e têm dificuldades em encontrar uma habitação condigna, confortável e com custos ou encargos que consigam suportar.

Da mesma forma que ajudámos aquelas 100 famílias naquele dia, ou que ajudámos cerca de 4.000 ao longo desta Legislatura, temos de ajudar essas famílias. Não nos podemos conformar.

É por isso que, no próximo ano, para além de apoiar a construção de habitação própria em 150 lotes que serão cedidos pelo Governo e que se encontram em várias ilhas, alargaremos o apoio ao pagamento de renda a mais 1.000 famílias, procurando, desta forma, não substituímo-nos ao seu esforço, mas sim ajudá-las a ter uma habitação.

Sinto orgulho quando, como aconteceu, em março passado, na ilha do Corvo, visitei as obras da Santa Casa da Misericórdia que permitiram aumentar o número de vagas para idosos.

É agradável constatar que, entre 2013 e 2018, aumentámos em mais 200% a capacidade de resposta nos lares residenciais para pessoas com deficiência, um crescimento que se verificou, também, nas respostas sociais para os nossos idosos, em que, por exemplo, só em Centros de Dia, se deu um aumento de mais 40% ao longo do mesmo período.

Mas aflige-me saber que existem ainda idosos que estão nas suas casas, por vezes sem os devidos cuidados de saúde ou apoio médico e padecendo de solidão.

Não nos podemos conformar.

É por isso que o Governo vai avançar com o lançamento de um projeto-piloto de constituição de 50 famílias de acolhimento para idosos, combatendo a solidão dos idosos e, simultaneamente, assegurando ou zelando pelos seus cuidados.

Quando, no início desta semana, passei, aqui no Faial, pelas obras de ampliação do Hospital da Horta e de construção do Centro de Saúde, ou quando fiquei entusiasmado com o andamento dessas obras e com os serviços que vão ser postos ao serviço dos Faialenses, dentro de algum tempo.

Quando, em abril deste ano, em Santa Maria, anunciei que completávamos a Rede Regional de Sangue, senti orgulho no nosso Serviço Regional de Saúde, no trabalho, no empenho e na dedicação dos profissionais que o compõem.

Sinto orgulho quando leio os agradecimentos nos jornais pelos cuidados médicos dispensados a alguém ou quando vejo números que demonstram que temos hoje, não só a maior dotação orçamental de sempre alocada a este setor, como mais intervenções cirúrgicas, mais consultas, mais exames complementares de diagnóstico, mais e melhores infraestruturas e mais e melhores equipamentos do que quando este Governo iniciou funções.

Em suma, mais e melhores respostas para os Açorianos.

Mas aflige-me saber que há ainda Açorianos que padecem à espera de uma cirurgia ou de uma consulta.

Reconheço que há muito trabalho ainda a ser feito para que seja possível dar uma resposta atempada a muitos Açorianos que procuram o Serviço Regional de Saúde.

Mas também aqui é preciso desfazer o mito: A pressão que se verifica sobre o Serviço Regional de Saúde não resulta de, como se quer fazer crer, de ele estar mais enfraquecido.

Resulta exatamente do oposto, do facto concreto e objetivo de termos um serviço de saúde público melhor, com cada vez mais respostas aos utentes, disponibilizando mais serviços, mais próximos e mais acessíveis, o que, por isso mesmo, aumenta as solicitações a que está sujeito.

Mas é pelo inconformismo de querermos fazer mais, de querermos fazer melhor, também na área da Saúde, que, por exemplo, vamos avançar com o alargamento a toda a Região do projeto de levar os profissionais de saúde da área da reabilitação a casa dos doentes, intervindo ao nível das necessidades que decorrem da imobilidade, reduzindo internamentos evitáveis e apoiando, simultaneamente, o doente, a família e ou o seu cuidador.

Da mesma forma como o fizemos em relação às áreas sociais da nossa atuação, poderíamos fazê-lo em relação a qualquer outra área.

Da nossa Agricultura, às Pescas, passando pelo Turismo, pela Energia, pela Ciência, pelos Transportes ou pelo Mar, mais do que um exemplo ou um caso concreto, julgo essencial tornar clara a perspetiva com que entramos neste novo período de concretização, de realização e de cumprimento de compromissos.

Estamos, todos nós, sociedade açoriana, num caminho de melhoria constante da nossa Região.

Esse caminho deve orgulhar-nos, mas não nos deve cegar.

Não nos deve cegar quanto ao que falta fazer e, por isso, importa que, com entusiasmo, com determinação e com empenho, dirijamos energias e trabalho para essas situações.

Não nos deve cegar quanto à necessidade de novas soluções, de novas abordagens de novas perspectivas para resolver desafios também eles novos.

Não nos deve cegar quanto à necessidade de mantermos sempre um elevado grau de exigência na dedicação que pomos ao serviço do nosso Povo, na competência e na seriedade com que curamos dos seus interesses, o mesmo é dizer, dos interesses da nossa Região.

Não nos deve cegar quanto à realidade de que a aritmética parlamentar não é condição de governação, mas seguro de governabilidade, não é condição de inquietude, mas garantia de estabilidade.

Não nos deve cegar quanto ao facto de ser mais importante e maior aquilo que nos une do que mais profundo aquilo que nos separa.

Não é pelo facto de sermos governo que achamos que está tudo bem.

Não é pelo facto de se ser Oposição que se deve achar que está tudo mal.

E assim, nesta busca contínua, incessante, permanente de fazermos sempre mais e melhor pela nossa terra, nesta atenção permanente à lucidez e exigência que devemos por na nossa ação e nas nossas ações, que colocamos à consideração desta Assembleia as propostas de Plano e Orçamento da Região para 2020.